

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Farmácia**



**Efetividade em Saúde**  
**Lei da canábis para fins medicinais**

**Maria de Jesus Martins Vaz Ferreira**

**Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas**

**2019**



**Universidade de Lisboa  
Faculdade de Farmácia**



**Efetividade em Saúde**  
**Lei da canábis para fins medicinais**

**Maria de Jesus Martins Vaz Ferreira**

**Monografia de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas  
apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Farmácia**

**Orientador: Professor Doutor Rui Miguel Dias Loureiro**

**2019**



# Resumo

No ano 2019, os *Media digital* em Portugal publicitaram um número significativo de informação sobre o tema canábis. Nesse conjunto de informação mereceu a nossa atenção as manifestações de doentes alertando para a dificuldade de acesso a produtos e medicamentos à base de canábis. Referem que devido à nova legislação aprovada em 2018 estes produtos deixaram de estar disponíveis, tendo sido, portanto, retirados do mercado.

Ora, tendo-se verificado que a Assembleia da República estabeleceu e aprovou um novo quadro legal para a utilização de **medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais**, havia que analisar esta temática, nomeadamente sob o ponto de vista da sua implementação efetiva.

Assim, com vista a analisar a evolução do processo legislativo, os seus impactos, graus de efetiva implementação e *drivers* políticos, considerámos oportuno o desenvolvimento deste trabalho sob o tema “**Efetividade em saúde**”.

Assim, verifica-se que em 2018 foi aprovado o quadro legislativo para a regulação de preparações à base da planta canábis para fins medicinais e foi definido o novo procedimento regulamentar que permite a autorização destes produtos através da concessão de uma Autorização de Colocação no Mercado (ACM). Esta nova legislação definiu ainda que a utilização medicinal destas preparações é estabelecida e publicitada como resultado de ensaios clínicos controlados, estudos observacionais, revisões sistemáticas e meta-análises da literatura internacional indexada, sendo estas a base das evidências científicas que até agora foram produzidas quanto ao uso medicinal de canábis.

Como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho, procedeu-se à recolha e sistematização de informação/dados publicados online em Portugal, sobre o tema “canábis”, ao longo de várias décadas. Desta forma, é proposto a análise da frequência e períodos em que o tema canábis surge no domínio público e, na medida da informação recolhida, a análise da origem/motivação da informação publicada, a sua correlação com as preocupações socioeconómicas, políticas e científicas dos vários intervenientes e responsáveis pela publicação da informação e a utilidade efetiva da mesma, no presente e futuro, para os doentes utilizadores/prescritores.

**Palavras-chave:** Canábis; Efetividade; Processo legislativo; Saúde; Uso medicinal

# Abstract

In the year 2019, digital media publishers in Portugal highlighted a significant amount of news on cannabis. In this data set a significant number dealt patients claiming difficulties accessing cannabis-based products and medicines. They state that due to the recent approved legislation those products are no longer available and are being withdrawn from the market.

As in 2018 the Portuguese Parliament approved a new legal framework for the use of cannabis medicinal products, preparations and substances for medicinal purposes, the issue raised by patients, related with withdrawn of these products from the market, this is examined, from the point of view of effective implementation of this new law.

The evolution of this legislative process, its impacts, degrees of effective implementation and political drivers, are address in this work

The new legislative framework for the regulation of medicinal plant-based preparations based on cannabis was approved and the new regulatory procedure allowing the authorization of these products through the issue of a “Marketing Placed Authorization”. This new legislation further defined that the medicinal use of these preparations is established and publicized as a result of controlled clinical trials, observational studies, systematic reviews and meta-analyses of the indexed international literature, which is the basis of scientific evidence that has been produced so far for medicinal use of cannabis.

With the methodology develop for this work, we proceeded to the collection and systematization of information / data published online in Portugal, on the theme “cannabis”, over several decades. A analyse of frequency and periods in which the cannabis theme appears in the public domain was carry out. All information collected, there origin / motivation of the published information, its correlation with the socioeconomic, political and scientific concerns of the various stakeholders was analyse. The responsible for publishing, the information and its effective usefulness, for present and future, for patient s the prescribers is also address.

**Keywords:** Cannabis; Effectiveness; Legislative process; Health; Medicinal use

# Abreviaturas

ACM –	Autorização de colocação no Mercado
AIM –	Autorização de Introdução no Mercado
BE –	Partido Bloco de Esquerda
DGS –	Direção Geral de Saúde
EMCDDA -	European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, em Portugal designa-se (OEDT) Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
LMPQ -	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
OEDT-	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que corresponde na União Europeia a EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction
PAN -	Partido dos Animais e da Natureza

# Índice

1. Introdução.....	5
2. Objetivo.....	7
3. Materiais e métodos. ....	7
4. Publicações “Canábis” ao longo do tempo .....	9
4.1. De 1912 até década 60 .....	10
4.2. Década de 70 .....	13
4.3. Década de 80 .....	16
4.4. Década de 90 .....	19
4.5. Fim da Década de 90 até 2011 .....	23
4.6. Período 2011-2015 .....	25
4.7. 2016-2019.....	28
5. Discussão.....	36
6. Conclusões .....	39
7. Referências Bibliográficas .....	41
8. Anexos.....	47
8.1. Anexo A1 -Ficheiro Excel “Base de dados” .....	47
8.2. Anexo A2 - Governos Legislativos .....	47
8.3. Anexo A3 - Legislação 2018/2019.....	47



# 1. Introdução

Em 2019 os *Media digital* publicitaram um número significativo de informação sobre o tema canábis. Nesse conjunto de informação, mereceu a nossa atenção as manifestações de doentes alertando para dificuldades de acesso a produtos e medicamentos à base de canábis, apesar da existência do novo enquadramento legal da canábis para uso medicinal aprovado em 2018. Referem que as preparações à base de canábis (como o óleo de canábis) deixaram de existir comercializados, devido a esta nova lei.

Ora, tendo-se verificado que a Assembleia da República aprovou a lei n.º 33/2018, de 18 de julho, que estabelece o quadro legal para a utilização de **medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais**, (Lei da Canábis para Fins Medicinais) (1), e que posteriormente em 15 de janeiro de 2019, é publicado o Decreto-Lei n.º 8/2019 que define e enquadra as atividades relacionadas com esta utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais bem como a sua autorização/colocação no mercado (2), havia que analisar esta temática, nomeadamente sob o ponto de vista da sua implementação efetiva.

Assim, com vista a analisar em maior detalhe a evolução das medidas legislativas, os seus impactos, graus de efetiva implementação e *drivers* políticos, considerámos oportuno o desenvolvimento deste trabalho no âmbito de tese final de Mestrado Integrado, sob o tema “**Efetividade em saúde**”.

Em termos de autorizações legais, os produtos à base da planta da canábis podem ser autorizados como medicamentos de uso humano, através da concessão de uma autorização de introdução no mercado (AIM), sendo neste caso aplicável o respetivo quadro legal existente desde 1993, na sua versão atual (*Regime jurídico do tráfico e consumo de estupefacientes e psicotrópicos e demais legislação europeia*) ou, no caso de preparações/substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais, podem ser autorizados através da concessão de uma autorização de colocação no mercado (ACM), aplicando-se a nova legislação de 2018/2019.

Esta nova legislação de 2018-2019 veio ainda definir que a utilização medicinal de preparações e substâncias à base da planta da canábis são estabelecidas e publicitadas como resultado de ensaios clínicos controlados, estudos observacionais, revisões sistemáticas e meta-análises da literatura internacional indexada, sendo estas a base das evidências científicas que até agora foram produzidas quanto ao uso medicinal de canábis.(2)

No entanto, à data atual (setembro 2019), este novo quadro normativo aparentemente não resolve, a curto prazo, a suposta necessidade de disponibilidade no mercado de medicamentos, preparações ou substâncias à base da canábis, com comprovada qualidade, segurança e eficácia, passíveis de serem facilmente acedíveis pelos utilizadores a quem forem prescritos.

O novo quadro legal também não legisla positivamente sobre os preparados ou substâncias que se encontravam já comercializados em Portugal, (nomeadamente os suplementos alimentares). Pelo contrário, pela força desta nova lei, ao não terem a necessária autorização com garante de qualidade, segurança e eficácia devidamente comprovada, que a nova legislação vem determinar, deixaram de estar disponíveis no mercado. Assim, podemos dizer, que se mantém a exposição dos doentes à compra clandestina deste tipo de produtos, com potencial risco para a saúde, e que a efetividade plena da nova legislação, parecer ainda não ter sido alcançada.

Como metodologia de trabalho, procedemos à recolha e sistematização de informação/dados publicados online em Portugal, sobre o tema “canábis”, ao longo de várias décadas, com vista a analisar nomeadamente, a frequência e períodos em que o tema surge no domínio público e, na medida da informação recolhida, analisar a origem/motivação da informação publicada, a sua correlação com as preocupações socioeconómicas, políticas e científicas dos vários intervenientes e responsáveis pela publicação da informação e a utilidade efetiva da mesma, no presente e futuro, para os doentes utilizadores/prescritores.

Importa realçar que não faz parte da análise deste trabalho o conteúdo detalhado da vasta legislação farmacêutica já existente para os medicamentos de uso humano, nomeadamente no que se refere aos medicamentos estupefacientes e psicotrópicos, donde se insere a Canábis. Este trabalho também não abrange a análise do uso medicinal da Canábis sob o ponto de vista científico/político internacional, nem faz uma abordagem específica dos estudos clínicos já publicados ou em vias de o ser, nem da qualidade científica dos mesmos.

Assim, neste trabalho faz-se especificamente, uma recolha e sistematização das publicações online, em Portugal, do tema “canábis”, ao longo das últimas décadas e as suas consequências práticas e efetivas do seu uso medicinal, seu impacto na comunidade científica, junto dos prescritores e no debate público em geral.

Por fim, julgamos que podemos esperar que o debate político/público sobre o uso da canábis continue e que novas perspetivas do uso serão seguramente despoletadas nas próximas legislaturas governativas (novo ciclo já a partir de outubro de 2019), para se atingirem outros propósitos legislativos, nomeadamente a legalização do seu uso recreativo.

## 2. Objetivo

*A Lei da canábis para fins medicinais* traduz ganhos efetivos em saúde para os utilizadores?

Neste trabalho agrupamos e sistematizamos a informação/dados disponibilizados online, no domínio público, desde 1912, sobre o tema “Canábis” e efetuamos a análise do conjunto da informação com vista a avaliar o seu impacto, motivação de origem e ganhos efetivos na saúde para os utilizadores, assim como a efetividade da sua implementação.

## 3. Materiais e métodos.

Como metodologia do trabalho, procedemos à compilação e sistematização dos dados pesquisados online, usando o termo “Canábis”. Desta pesquisa resultou a identificação de vários “sítios da Internet”, nomeadamente portais/blogs/Comunicação Social/redes sociais e no seguimento da informação e locais encontrados, foram identificados portais específicos sobre Canábis, reuniões/congressos/palestras já realizados e outros programados para 2019/2020.

Do conjunto dos dados recolhidos resultou então um “perfil de frequência” da publicação online deste tema, onde a informação disponível permitiu verificar que o tema canábis teve durante várias décadas pouca expressão pública e política. Apresentou-se essencialmente via diplomas legislativos, que se foram atualizando e sucedendo e que colocam a canábis, a par de outras substâncias, em listas de estupefacientes/psicotrópicos sob fiscalização obrigatória, com vista ao seu controlo de acesso e respetiva regulação da sua autorização, fiscalização e prescrição médica.

Encontra-se como **anexo A1** e fazendo parte deste trabalho, um ficheiro em formato Excel, com a informação/dados recolhidos, cronologicamente organizados numa “Linha de tempo”.

Foram recolhidos os dados/informação de maior relevo (legislativo ou de impacto público), publicados online em Portugal, sobre o tema Canábis. A informação recolhida para cada publicação foi: “Meio de divulgação”; “Ano/Mês de publicação”; “Fonte de origem”; “Tipo de informação”; “Assunto da informação”, “Acesso URL” e “Resumo/Anotações da informação” (vd. “Folha 1” do ficheiro Excel). Posteriormente a informação recolhida foi distribuída numa “Linha de Tempo” (vd. “Folha 2” do ficheiro Excel anexo). Nesta linha de tempo, foram igualmente incluídos os resultados da votação dos grupos parlamentares nos diferentes períodos eleitorais e o(s) partido(s) políticos no poder, em cada ciclo governativo. Isto porque, denota-se conexão entre a agenda política dos partidos políticos, as propostas legislativas e os debates

que promovem. A anotação mais detalhada sobre a constituição de cada círculo governativo encontra-se no **anexo A2** deste trabalho e do qual faz parte.

### **Anexo A, Folha 1 – “Base de dados”**

Os elementos recolhidos apresentam-se listados em cada coluna, segundo a informação inscrita no cabeçalho respetivo. A informação é sistematizada por ordem cronológica da coluna “Ano/Mês”.

Meio divulgação	Ano/mês	Entidade/Orgão	Tipo de publicação	Assunto da Informação	Acesso URL	Resumo/anotações
-----------------	---------	----------------	--------------------	-----------------------	------------	------------------

Cada linha contém a informação conforme a seguinte descrição:

- Meio de divulgação da informação: classificações possíveis:
  - Diário da República: Trata-se de legislação publicada no Diário da República;
  - Media/Press: Informação recolhida em jornais/reportagens televisivas, etc, online;
  - Portais/blogs: Informação acedível via Portais /Blogs de internet, das diferentes entidades.
- Ano/mês: Ano e mês de emissão/publicação da informação;
- Entidade/Orgão: Entidade responsável pela emissão/ publicação da informação;
- Tipo de publicação: Classificamos em 6 tipos possíveis: Reuniões ou Congressos/ Notícias de jornais ou Reportagens/ Relatórios/ Sites de Internet/ Legislação ou Tratados Internacionais/Medicamentos autorizados.
- Assunto: Descritivo do assunto da informação;
- Acessos Internet: URL para acesso via Internet;
- Resumo/Anotações: Descrição do assunto/elementos complementares, sempre que oportunos.

### **Anexo A1, Folha 2 – Linha de tempo**

Na “folha 2”, replica-se a informação da base de dados da “folha 1”, mas num formato horizontal, cronológico, da esquerda para a direita, constituindo a “linha de tempo”.

O objetivo pretendido é organizar a informação recolhida, sobrepondo-a verticalmente, no ano respetivo. Ao sistematizarmos os “Tipos de informação” em cores 6 classes, consegue-se uma visualização mais facilitada, através da mancha colorida existente, do tipo e quantidade de informação que foi emitida ao longo da linha de tempo.

As cores que sistematizamos foram:

Reuniões/Congressos
Jornais/Reportagens/Entrevistas
Relatórios
Sites de Internet
Legislação/Tratados Internacionais
Medicamento

Conforme atrás já indicado, foram então também identificados na linha de tempo, os diferentes ciclos governativos, com identificação dos partidos políticos eleitos nas várias votações legislativas, por forma a permitir a correlação das propostas legislativas e preocupações dos partidos políticos, respetivas decisões acordadas e aprovadas no âmbito político-legislativo versando o tema Canábis (Informação mais detalhada no Anexo A2 deste trabalho).

## 4. Publicações “Canábis” ao longo do tempo

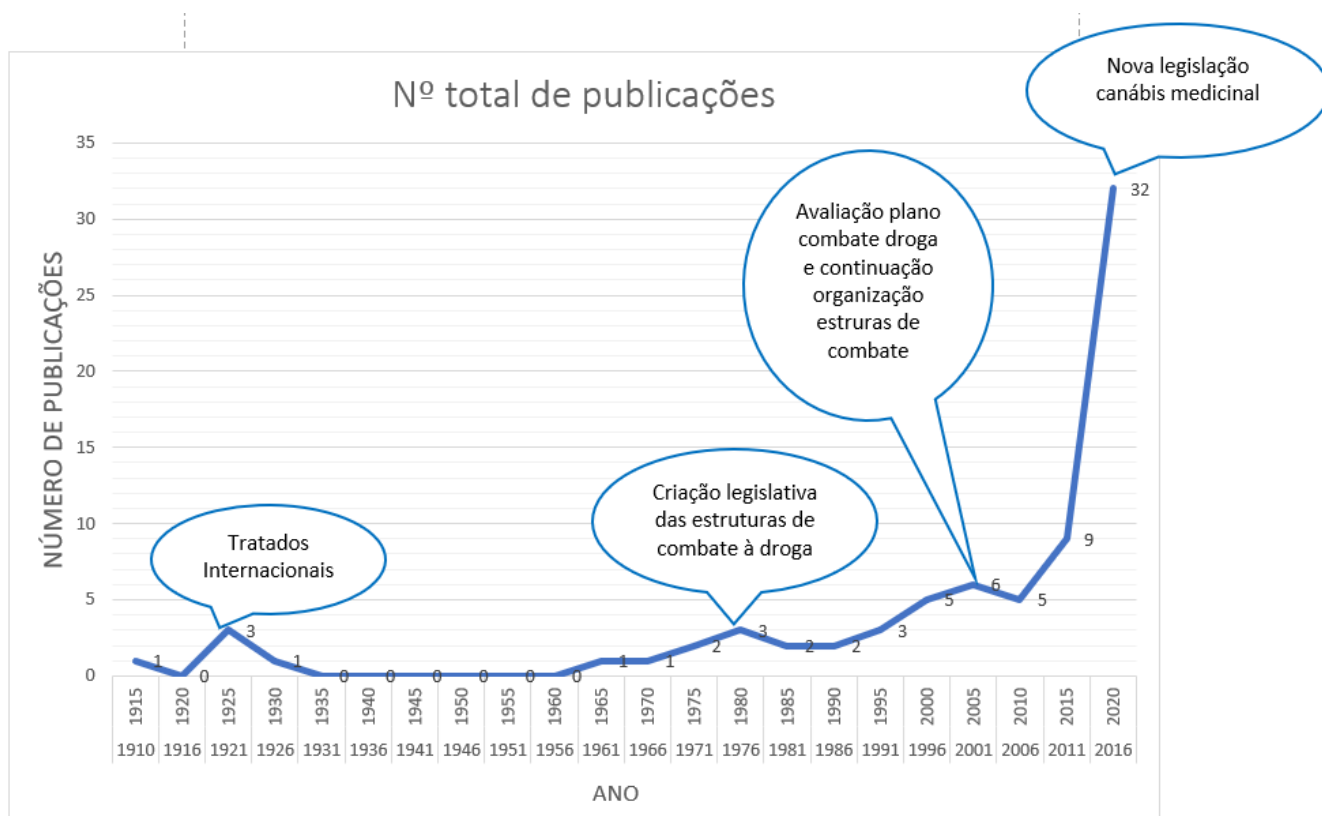


Gráfico 1

Fazendo a contagem do número total de publicações online/dados recolhidos, ao longo dos anos, verifica-se uma subida muito significativa nos últimos anos 2017-2019, conforme descrito no gráfico 1.

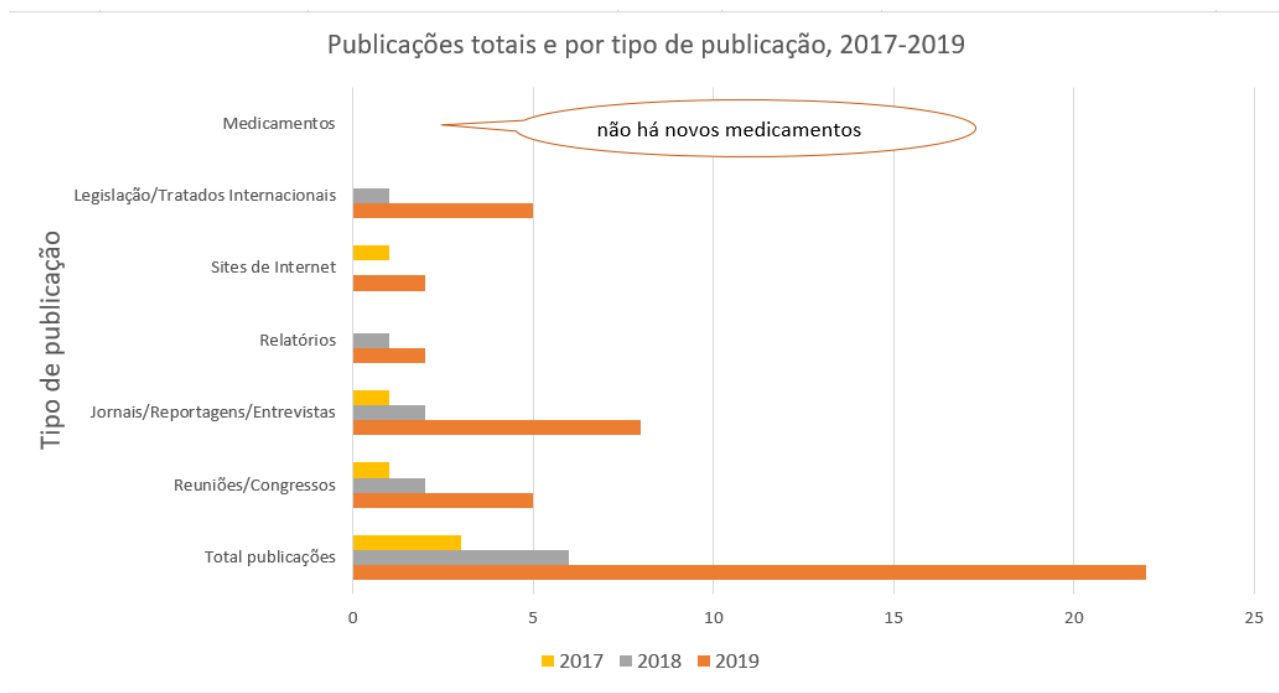


Gráfico 2

Ao analisarmos a distribuição das publicações por “tipo de publicação” entre 2017 e 2019, verificamos que não existem neste período publicações relacionadas com novos medicamentos à base de canábis, havendo sim um número significativo de publicações nos *Media* e também na emissão de publicações legislativas (vd. gráfico 2).

De seguida coloca-se as publicações recolhidas em cada ano, com início em 1912 até agosto de 2019. Em cada período identifica-se o foco da publicação, fazendo um breve sumário do mesmo. Quando oportuno far-se-á enquadramento sociopolítico, se relevante.

## 4.1. De 1912 até década 60

No período de 1912 - 1926 ratificam-se importantes tratados internacionais de combate à droga. É assinada a 1ª Convenção Internacional do Ópio, iniciando a publicação de um conjunto de tratados Internacionais que visaram regular a produção, comercialização e consumo de drogas como o ópio, morfina e cocaína.

Em 1925 com a assinatura da 2ª Convenção Internacional do ópio (3) é incluído o “Cânhamo Indiano” \* como substância sob controlo de produção/comercialização/consumo.

Segue-se posteriormente a assinatura da Convenção única de 1961 (4) (vd. Tabela 1)

\*[Botânica] Arbusto (*Cannabis sativa*), da família das moráceas, de folhas palmadas, cultivada pelo seu caule, que fornece uma excelente fibra têxtil, e pelas suas sementes, que dão um óleo; as flores e folhas são também usadas como droga entorpecente. = CÂNHAMO, CÂNHA MO-INDIANO, CANÁBIS. Fonte: <https://dicionario.priberam.org/c%C3%A2nhamo-da-%C3%ADndia> [consultado em 11-09-2019].

## Peças legislativas no período de 2012 até à década de 60

Na década de 60, praticamente não houve emissão de informação sobre Canábis (vd. Tabela nº 1)

Destaca-se neste período, **em 1968, a regulamentação da profissão farmacêutica** com o decreto-Lei 48 547 de 27 de agosto (5)

**Tabela nº 1**

<b>1912</b>	<p><b>1ª Convenção Internacional do Ópio</b>, assinada em Haia, em 23 de janeiro de 1912 (6)</p> <p>Primeiro tratado internacional de controle de drogas. Foi registrada na Liga das Nações em 23 de janeiro de 1922.</p>
<b>1924</b>	<p><b>Lei 1 687 de 9 dezembro 1924</b> (7)</p> <p>respeitante ao o comércio, importação e venda de ópio, cocaína e derivados (adaptação da legislação nacional às recomendações da Primeira Convenção Internacional do Ópio).</p> <p>Primeira legislação publicada em Portugal em matéria de drogas.</p> <p>Impõe restrição à importação para consumo dos produtos: ópio bruto, ópio oficial, alcaloides do ópio (morfina, codeína, narceína, papaverina, narcotina e outros), todos os preparados opiados, os sais e derivados dos alcaloides do ópio (heroína, dionina e outros), a cocaína e seus derivados, ecgonina, só poderão ser despachados mediante certificado passado pela DGS e ser destinados a fins médicos ou científicos legítimos e não podem ser reexportados.</p> <p><b>Decreto n.º 10 375, de 9 de dezembro 1924</b> (8)</p> <p>Regulamenta lei 1 687 relativa ao comércio, importação e venda de ópio, cocaína e seus derivados, fazendo-a executar.</p>
<b>1925</b>	<p><b>Revisão da Convenção Internacional do Ópio, em Genebra, em 19 de fevereiro de 1925.</b> (3)</p> <p>A revisão da Convenção Internacional do Ópio foi assinada em Genebra, em 19 de fevereiro de 1925, e entrou em vigor em 25 de setembro de 1928 e foi registrada na Liga das Nações no mesmo dia. O tratado introduziu um sistema de controle estatístico supervisionado pelo Conselho Central Permanente do Ópio, um órgão da Liga das Nações. O Egito, com o apoio da China e dos Estados Unidos, recomendou que a proibição do haxixe fosse adicionada à Convenção e um subcomitê propôs o seguinte texto:</p> <p><i>O uso de <b>cânhamo indiano</b> e a preparação de produtos derivados só pode ser autorizados para fins médicos e científicos. A resina crua (charas), no entanto, que é extraída dos exemplares femininos da cannabis sativa, juntamente com as suas diversas preparações obtidas a partir dela (haxixe, chira, esrar, diamba,</i></p>

	<i>etc), as quais não são utilizadas para fins médicos e só é usada para fins prejudiciais, da mesma maneira como outros narcóticos, não podem ser produzidas, vendidas, comercializadas, etc, em qualquer hipótese.</i>
<b>1926</b>	<p><b>Decreto-Lei n.º 12 210, de 24 de agosto 1926 (9)</b></p> <p>Transpõe para o direito interno as disposições e recomendações introduzidas pela Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia, em 23 de janeiro de 1912. Inclui na lista de substâncias a planta canábida.</p>
<b>1961</b>	<p><b>Convenção única de 1961 sobre os Estupefacientes (ONU) (4)</b></p> <p>As Partes,</p> <p>Preocupadas com a saúde física e moral da humanidade;</p> <p>Reconhecendo que o uso médico dos estupefacientes continua a ser indispensável para alívio da dor e que devem ser tomadas medidas adequadas a assegurar a disponibilidade de estupefacientes para aquele fim;</p> <p>Reconhecendo que a toxicomania é um flagelo para o indivíduo e constitui um perigo económico e social para a humanidade;</p> <p>Conscientes do dever que lhes incumbe de prevenir e de combater esse flagelo;</p> <p>Considerando que para serem eficientes as medidas tomadas contra o abuso de estupefacientes deverão ser coordenadas e universais;</p> <p>Entendendo que uma acção universal desta ordem exige uma cooperação internacional orientada pelos mesmos princípios e visando fins comuns;</p> <p>Reconhecendo a competência da Organização das Nações Unidas em matéria de fiscalização de estupefacientes e desejando que os órgãos internacionais interessados sejam agrupados no âmbito daquela Organização;</p> <p>Desejosas de concluir uma convenção internacional aceitável por todos e que substitua a generalidade dos tratados actualmente existentes relativos aos estupefacientes, limite o uso de estupefacientes a fins médicos e científicos e estabeleça uma cooperação internacional constante para pôr em acção estes princípios e atingir estes objectivos;</p> <p>acordam o seguinte:</p> <p>...</p> <p>b) O termo "cannabis" designa a extremidade dos ramos floridos ou frutificados da planta de cânhamo (com a exclusão das sementes e das folhas que não sejam acompanhadas de sumidades), cuja seiva não tenha sido extraída, qualquer que seja a sua aplicação;</p> <p>c) A expressão "planta de cannabis" designa toda a planta do género cannabis;</p> <p>d) A expressão "resina de cannabis" designa a seiva separada, em bruto ou purificada, obtida a partir da planta de cannabis; ...</p>



## 4.2. Década de 70

No período da década de 70, foram igualmente publicadas várias peças legislativas (vd. Tabela nº 2).

Nas décadas 70-80, sucedem-se processos legislativos em Portugal que incidem essencialmente na criação de estruturas de apoio aos jovens, com vista a combater o flagelo do consumo das drogas.

### Peças legislativas na década de 70

Tabela nº 2

1970	<p><b>Decreto-Lei 420/70, de 3 setembro 1970 (10)</b></p> <p>Inserir várias disposições sobre o tráfico ilegal de estupefacientes. A canábica encontra-se na posição 18 e 19 da lista de estupefacientes que lhe é anexa.</p> <div data-bbox="347 913 1257 1294"><p><b>Decreto-Lei n.º 420/70</b></p><p>O consumo de substâncias estupefacientes e em geral de drogas susceptíveis de provocar toxicomania assumiu neste século uma extensão e gravidade que o tornaram motivo de especial atenção e cuidado dos Estados e de organizações internacionais. Têm-se na verdade presentes os perigos que aquele consumo comporta para a saúde física e moral dos indivíduos e a sua não rara interpenetração com fenómenos de delinquência.</p></div>
1971	<p><b>Convenção de 1971 sobre substâncias Psicotrópicas (ONU) (11)</b></p> <p>(Adoptada na conferência das Nações Unidas que teve lugar em Viena, de 11 de Janeiro a 21 de Fevereiro de 1971)</p>

	<p>As Partes:</p> <p>Atentas à saúde física e moral da humanidade,  Preocupadas com o problema da saúde pública e os problemas sociais resultantes do abuso de certas substâncias psicotrópicas,  Decididas a prevenir e combater o abuso destas substâncias e o tráfico ilícito a que dá lugar,  Considerando que são necessárias medidas rigorosas para limitar o uso destas substâncias a fins legítimos,  Reconhecendo que a utilização das substâncias psicotrópicas para fins médicos e científicos é indispensável e que a possibilidade de adquirir substâncias para estes fins não deveria ser objecto de nenhuma restrição injustificada,  Crendo que, para serem eficazes, as medidas tomadas contra o abuso destas substâncias devem ser coordenadas e universais,  Reconhecendo a competência da Organização das Nações Unidas em matéria de fiscalização das substâncias psicotrópicas e desejando que os órgãos internacionais interessados exerçam a sua actividade no quadro desta Organização,  Considerando que é necessária uma convenção internacional para realizar este objectivo,</p>
1975	<p><b>Decreto-Lei 745/75 de 31 dezembro</b></p> <p>Cria o Centro de Estudos da Juventude (CEJ) e o Centro de Investigação Judiciária da Droga (CIJD) (12)</p> <div> <p><b>Decreto-Lei n.º 745/75</b>  <b>de 31 de Dezembro</b></p> <p>Considerando ser de sérias proporções os números já atingidos por consumidores de drogas no País, em especial nas camadas jovens;  Considerando que é urgente a tomada de medidas que visem o tratamento clínico, dos casos conhecidos, em moldes apropriados;</p> </div>
1976	<p><b>Decretos-Lei n.os 790/76, 791/76 e 792/76, de 5 de novembro</b></p> <p>Extinto o (CEJ) dando lugar à criação do Centro de Estudos da Profilaxia da Droga (CEPD).</p> <p>O (CIJD) é extinto, dando lugar à criação do Centro de Investigação e Controle da Droga (CICD)</p>

### **Decreto-Lei n.º 790/76**

**de 5 de Novembro**

Estruturados o Centro de Estudos da Profilaxia da Droga e o Centro de Investigação e Controle da Droga em termos de autonomia recíproca, impu-  
nha-se criar um instrumento que, sem prejuízo dessa autonomia, antes com reforço dela, assegurasse a coordenação e integração das acções de um e outro.

Esse instrumento é o Gabinete Coordenador do Combate à Droga que pelo presente diploma se cria.

### **Decreto-Lei n.º 791/76**

**de 5 de Novembro**

O Centro de Investigação Judiciária da Droga, criado pelo Decreto-Lei n.º 745/75, de 31 de Dezembro, é estruturado organicamente pelo presente diploma, passando a denominar-se Centro de Investigação e Contrôlo da Droga.

Simultaneamente, e por diplomas autónomos, são também estruturados o Centro de Estudos da Juventude, que passa a denominar-se Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, e o Gabinete Coordenador do Combate à Droga, destinado, como o seu nome indica, a coordenar a actividade daqueles dois centros e dos demais departamentos, policiais e outros, contribuintes para o combate ao tráfico e consumo ilícitos de droga.

### **Decreto-Lei n.º 792/76**

**de 5 de Novembro**

Embora o uso de certas drogas seja conhecido de longa data, o problema da droga adquiriu nos últimos anos, a nível mundial, uma enorme extensão e gravidade.

De entre os factores contribuintes destacam-se:

- a) A crise de valores da juventude nas sociedades de consumo e de abundância;
- b) A crise das estruturas sociais e da família, e não raro o projecto de utilizar a disseminação da droga como instrumento político de destruição da sociedade burguesa;
- c) Os lucros proporcionados pelo comércio e o tráfico da droga.

O uso das drogas, expressão de uma profunda angústia existencial do homem moderno, nomeadamente da juventude, vem assim constituindo um factor de desorganização e de destruição da pessoa e da sociedade. O problema não deve, por isso, ser encarado isoladamente, mas em globo, na sua complexidade médico-psico-sociológica. Com efeito, situações de inadaptação social, de conflito na estrutura familiar, de ócio laboral e escolar, e de insegurança, entre outras, constituem condições de alto risco para o uso da droga, bem como para outras formas de condutas associadas ou anti-sociais.

## **4.3. Década de 80**

O combate à droga na década de 80 assume particular relevância pelo flagelo social provocado pela SIDA, o que leva a que as drogas injetáveis sejam um importante foco deste combate (vd. Tabela nº 3)

## Peças legislativas na década de 80

Tabela nº 3

1982	<p><b>Decreto-Lei 365/82 de 8 setembro (13)</b></p> <p>Reorganiza o Gabinete Coordenador do Combate à Droga que passa a designar-se Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD), na dependência do Ministério da Justiça, ficando incumbido de planear e coordenar as atividades do Centro de Estudos da Profilaxia da Droga (CEPD), e com a missão de planear atividades preventivas e repressivas contra o tráfico ilícito de drogas, através do Grupo de Planeamento. O Centro de Investigação e Controle da Droga (CICD) é integrado na Polícia Judiciária.</p> <div data-bbox="344 788 1315 1299"> <p><b>Decreto-Lei n.º 365/82 de 8 de Setembro</b></p> <p>1. As mais recentes informações internacionais assinalam a deterioração da situação mundial quanto ao abuso no consumo de drogas. O fenómeno alastra-se geograficamente. Aumenta o número de consumidores assim como são mais numerosos os estupefacientes e os medicamentos psicotrópicos usados ilicitamente, muitas vezes associados a bebidas alcoólicas. Paralelamente cresceu a produção ilegal e progrediu o tráfico de estupefacientes.</p> <p>A nível nacional, os índices disponíveis não se revestem da gravidade registada em muitos outros países, mas detecta-se uma acentuada situação de risco que em grande medida resulta de terem sido transferidas para Portugal muitas das operações do tráfico internacional da droga. Tudo aconselha, portanto, que não se abrande, antes se reforce, o esforço que vem sendo realizado pelos organismos nacionais competentes no combate à droga.</p> </div>
1983	<p><b>Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de dezembro (14)</b></p> <p>É alinhado o direito português em matéria de drogas pelas convenções internacionais</p>

	<p style="text-align: center;"><b>Decreto-Lei n.º 430/83</b> <b>de 13 de Dezembro</b></p> <p>1. Portugal ratificou, em Dezembro de 1971, a Convenção Única de 1961 sobre os Estupefacientes — designação cada vez mais substituída pelo termo narcóticos — e, em Abril de 1979, aderiu à Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas, de 1971.</p> <p>Contudo, até ao momento, o nosso país não fez a adaptação sistemática do seu direito interno e de algumas das suas estruturas organizativas de modo a inserir-se, harmónica e eficazmente, na luta que a comunidade internacional vem empreendendo contra o que tem sido um dos flagelos dos nossos dias, o tráfico e consumo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.</p> <p>É essa lacuna que se pretende preencher com o presente diploma.</p>
<b>1987</b>	<p><b>Resolução do Conselho de Ministros 23/87 de 21 abril 1987 (15)</b></p> <p>aprova um plano integrado de combate ao tráfico ilícito e uso indevido de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (donde a canábis).</p>
<b>1988</b>	<p><b>Despacho n.º 3229/98 de 23 fevereiro 1998 (16)</b></p> <p>cria a Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, da qual resulta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99 em 1999.</p> <p>“Cria a Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga à qual incumbe propor ao Governo uma estratégia nacional de combate à droga de que constem as orientações fundamentais da política relativa à droga e à toxicodependência, nos diversos domínios, nomeadamente em matéria de prevenção primária, tratamento, reinserção social, formação e investigação, bem como de redução de riscos e de combate ao tráfico.”</p>

## 4.4. Década de 90

Na década de 90 continuam a surgir publicações legislativas no âmbito dos programas de combate à droga (vd. Tabela nº 4). Em 1993, é criada uma das agências descentralizadas da União Europeia – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) - que fica sediado em Portugal, tendo a sua inauguração ocorrido em 1995, em Lisboa.

### Peças legislativas na década de 90

Tabela nº 4

1990	<p><b>Resolução Conselho Ministros 17/90 de 21 abril (17)</b></p> <p>Reforça o Programa Nacional de Combate à Droga, através da reformulação do Projecto VIDA</p> <div><p>Nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu o seguinte:</p><p>1 — Reforçar o Programa Nacional de Combate à Droga, através da reformulação do Projecto VIDA, que passa a integrar as medidas constantes do anexo à presente resolução e que dela é parte integrante.</p><p>2 — A coordenação das medidas a desenvolver no âmbito do Programa Nacional de Combate à Droga, adiante designado por Projecto VIDA, é cometida a um coordenador nacional para o Combate à Droga, adiante designado por coordenador, a nomear por despacho do Primeiro-Ministro, de quem depende directamente.</p></div>
	<p><b>Decreto-Lei 83/90 (18)</b></p> <p>Cria o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência no Ministério da Saúde (SPTT)</p>



	<p style="text-align: center;"><b>Artigo 1.º</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Criação</b></p> <p>É criado no Ministério da Saúde, na directa dependência do Ministro, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, adiante designado por SPTT, organismo dotado de autonomia técnica e administrativa, com personalidade jurídica e património próprio.</p> <p>Dada a natureza e epidemiologia do uso e abuso de substâncias tóxicas, torna-se necessário criar um organismo autónomo que possua uma flexibilidade suficientemente grande para poder responder no momento próprio às necessidades e que possa articular ou complementar as suas funções com outros organismos, estatais ou não estatais, com ou sem fins lucrativos. Por outro lado, reconhece-se o importante papel que as organizações não governamentais podem desempenhar, pelo que se torna igualmente necessário que esse organismo possua poder para autorizar a sua actuação, fiscalizá-la e, de um modo geral, exercer a tutela.</p>
1993*	<p><b>Criado o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (19)</b></p> <p>O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) foi criado em 1993. Inaugurado em Lisboa em 1995, é uma das agências descentralizadas da União Europeia. O EMCDDA existe para fornecer à UE e aos seus Estados-membros uma imagem objetiva dos problemas europeus relacionados com droga e uma base científica sólida para sustentar o debate sobre esta matéria. Atualmente, oferece aos decisores políticos os dados de que estes necessitam para formularem leis e estratégias esclarecidas. Ajuda igualmente os profissionais e técnicos que trabalham nesta área a identificarem com precisão as boas práticas e os novos domínios de investigação.</p> <p>* Site de internet, em acordo com as cores/classes de “tipo publicações” que sistematizamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões/Congressos</li> <li>Jornais/Reportagens/Entrevistas</li> <li>Relatórios</li> <li>Sites de Internet</li> <li>Legislação/Tratados Internacionais</li> <li>Medicamento</li> </ul>



**Decreto-Lei 15/93 de 22 janeiro**

regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

**Artigo 2.º**




**Regras gerais e tabelas**

1 — As plantas, substâncias e preparações sujeitas ao regime previsto neste decreto-lei constam de seis tabelas anexas ao presente diploma.

2 — As tabelas I a IV serão obrigatoriamente actualizadas, de acordo com as alterações aprovadas pelos órgãos próprios das Nações Unidas, segundo as regras previstas nas convenções ratificadas por Portugal.

3 — As tabelas V e VI serão obrigatoriamente actualizadas, de acordo com as alterações aprovadas pelos órgãos próprios das Nações Unidas, segundo as regras previstas nas convenções ratificadas por Portugal.

4 — O cultivo, a produção, o fabrico, o emprego, o comércio, a distribuição, a importação, a exportação, o trânsito, o transporte, a detenção por qualquer título e o uso de plantas, substâncias e preparações indicadas nos números anteriores ficam sujeitos aos condicionamentos definidos no presente diploma.

	<div data-bbox="343 212 1307 806"> <p><b>Lei de Combate à Droga</b></p> <p><b>Decreto-Lei n.º 15/93</b></p> <p>Diário da República n.º 18/1993, Série I-A de 1993-01-22 <span>Consolidado</span></p> <p>Versão à data de 2019-09-06    <b>Filtrar</b></p> <p><b>TABELA I-C</b></p> <p>Canabis - folhas e sumidades floridas ou frutificadas da planta Cannabis sativa L. da qual não se tenha extraído a resina, qualquer que seja a designação que se lhe dê.</p> <p>Canabis, resina de - resina separada, em bruto ou purificada, obtida a partir da planta Cannabis.</p> <p>Canabis, óleo de - óleo separado, em bruto ou purificado, obtido a partir da planta Cannabis.</p> <p>Cannabis - sementes não destinadas a sementeira da planta Cannabis sativa L.</p> <p>Consideram-se inscritos nesta tabela todos os sais destes compostos, desde que a sua existência seja possível.</p> </div> <p>(20) <a href="https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58872437/view?p_p_state=maximized">https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58872437/view?p_p_state=maximized</a></p>
1994	<p><b>Decreto-Regulamentar 61/94 de 12 Outubro</b>, Regulamenta o Decreto-Lei 15/93 de 22 janeiro (21)</p> <div data-bbox="343 1153 1307 1572"> <p><b>Artigo 1.º</b></p> <p><b>Objecto e definições</b></p> <p>1 — O presente decreto regulamentar estabelece as regras relativas ao controlo do mercado lícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos susceptíveis de utilização no fabrico de droga, compreendidos nas tabelas I a VI anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, adiante abreviadamente designadas por tabelas.</p> </div>
	<p><b>Criado em Lisboa o Centro das Taipas</b> (22)</p> <p>Primeira unidade do Ministério da Saúde exclusivamente vocacionada para o tratamento de toxicodependentes.</p> <p>Unidade da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, especializada na abordagem multidisciplinar em dependências e comportamentos aditivos.</p>

## **4.5. Fim da Década de 90 até 2011**

Por considerarmos muito exaustivo, não continuaremos a apresentação da sistematização do conjunto de legislação emitida neste período (sendo que poderá ser consultada no ficheiro Anexo A1 deste trabalho). Na verdade, os diplomas continuam a centrar-se, à semelhança da década de 70-80, na estratégia de combate à droga.

Não existem novas publicações sobre o tema canábis, continuando esta droga a figurar nas tabelas que identificam as substâncias controladas, no âmbito do decreto-lei 15/93 de 22 janeiro, que define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Importa no entanto destacar, que a partir da década de 90, tendencialmente, verifica-se uma abordagem descriminalizadora do consumo de drogas e que se mantém até aos dias de hoje (23). O toxicodependente passa a ser encarado como indivíduo doente, com comportamentos de risco para a saúde pública.

## **Lei n.º 30/2000**

**de 29 de Novembro**

**Define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Objecto**

1 — A presente lei tem como objecto a definição do regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

2 — As plantas, substâncias e preparações sujeitas ao regime previsto neste diploma são as constantes das tabelas I a IV anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

## 4.6. Período 2011-2015

Neste período decorreram importantes publicações sobre o tema Canábis, que abaixo se colocam em formato tabelar (tabela nº 5), cronologicamente sistematizado.

Em 19 julho de 2012, é **autorizado em Portugal o Medicamento Sativex** (não existem outras AIM's, desde então) com as Indicações terapêuticas *para a melhoria dos sintomas em doentes adultos com espasticidade moderada a grave devida a esclerose múltipla (EM), que não responderam de forma adequada a outra medicação antiespástica e que demonstraram uma melhoria clinicamente significativa dos sintomas relacionados com a espasticidade durante um ensaio inicial da terapêutica.* O modo de administração Sativex *é apenas para utilização por via bucal. Sativex destina-se a ser utilizado juntamente com a medicação antiespástica corrente do doente. O tratamento deve ser iniciado e supervisionado por um médico com competência especializada no tratamento desta população de doentes.*

## Peças legislativas na década em 2012-2015

Tabela nº 5

2012*	Delta-9-tetrahydrocannabinol (THC PFV) + Canabidiol (CBD PFV)	
	PVP: 475,27 euros, em 22/08/2019 ainda não abrangido num sistema de comparticipação.	
	<u>Atos do medicamento</u>	
	Os Dc	
	DCI	Delta-9-tetrahydrocannabinol (THC PFV) + Canabidiol (CBD PFV), Prep de Fármacos Vegetais, ext Cannabis sativa
	Nome do Medicamento	Sativex
	Dosagem	27 mg/ml + 25 mg/ml
	Forma Farmacêutica	Solução para pulverização bucal
	Genérico	Não
	Titular	GW Pharma (International) B.V.
	Data de Autorização	19 de Junho de 2012
	Estado de Autorização	Autorizado
	Classificação Quanto à Dispensa	MSRM especial
	Classificação Estupefaciente	Tabela II-B
	Anatomical Therapeutic Chemical (ATC) classification(s)	• N02BG10 cannabinoids
	Classificação Farmacoterapêutica	• 2.10 Analgésicos e antipiréticos
	Via(s) de Administração	• Via bucal
	Grupo de Produto	
	Número de Processo	NL/H/4539/001
	Margem terapêutica estreita	Não
	* Site de Jornais/Congressos/Entrevistas, em acordo com as cores/classes de “tipo publicações” que sistematizamos:	
	Reuniões/Congressos	
	Jornais/Reportagens/Entrevistas	
	Relatórios	
	Sites de Internet	
	Legislação/Tratados Internacionais	
	Medicamento	

<b>2014*</b>	<p><b>Aviso nº 10618/2014 de 28 de agosto (24)</b></p> <p>Infarmed autoriza para cultivo e exportação de Cannabis sativa a entidade Terra Verde, Lda.</p> <p>* Site de Jornais/Congressos/Entrevistas, em acordo com as cores/classes de “tipo publicações” que sistematizamos:</p>
<b>2015*</b>	<p><b>Entrevista de Catarina Martins do BE à Radio Renascença (25)</b></p> <p>"Bloco andou pelas ruas do Porto a defender legalização da canábis"</p> <p>Catarina Martins refere que "os consumidores de Canábis não deverão andar em mercados ilegais e como a droga (com os seus riscos) é semelhante ao tabaco e álcool, deverá legalizar-se, tal como foi feito em outros mercados internacionais"</p>
<b>2015*</b>	<p><b>Entrevista a João Goulão ao Jornal i (26)</b></p> <p>(Diretor Geral do SICAD, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool)</p> <p>"...tem havido uma grande confusão entre uso terapêutico e uso recreativo. São coisas bastante diferentes. Na Holanda há esse cenário do consumo, mas o mercado da droga continua a ser clandestino e não me parece que se vá por aí..."</p>

\* Site de Jornais/Congressos/Entrevistas, em acordo com as cores/classes de “tipo publicações” que sistematizamos:

Reuniões/Congressos
Jornais/Reportagens/Entrevistas
Relatórios
Sites de Internet
Legislação/Tratados Internacionais
Medicamento

Seguem-se várias iniciativas legislativas com origem no partido BE, fundado em 1999. Este período 2011-2015 que aqui se analisa, que abrange a XIII legislatura, com eleições legislativas ocorridas em 4 de outubro de 2015, verifica-se a maior subida de deputados eleitos pelo partido BE (18 deputados) (vd Anexo A2 a este trabalho)

Em 2015 é fundado o novo partido PAN.

BE e PAN são os partidos políticos que veem a ser o motor (*Drivers*) da discussão legislativa da Canábis. Ambos os partidos mobilizam-se fortemente na apresentação de projetos de lei na assembleia da república com vista a legislar sobre a legalização da Canábis em Portugal.

O BE, em 2013 e novamente em 2015, leva a discussão na assembleia da república dois projetos-lei

## Iniciativas Legislativas

(<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/paginas/iniciativaslegislativas.aspx>), [Consultado em 10/08/2019]

Os dois projetos legislativos propostos pelo partido BE, nos termos “*legalização do cultivo da canábis para uso pessoal*” e “*Criação do enquadramento legal para os clubes sociais da canábis*”, colocados à discussão final em 2013 e 2015, foram **rejeitados** pela Assembleia da República (vd. Tabela nº 6)

### Projeto de Lei 403/XII – PROPOSTA BE

#### 2013-05-10 - Votação na generalidade

Votação na Reunião Plenária n.º 88 - **Rejeitado**

Contra: PSD, João Portugal (PS), CDS-PP, PCP, José Lello (PS), Renato Sampaio (PS)

Abstenção: PS, PEV

### Projeto de Lei 880/XII – PROPOSTA BE

#### 2015-05-22 - Votação na generalidade

Votação na Reunião Plenária n.º 90 - **Rejeitado**

Contra: PSD, CDS-PP, PCP

Abstenção: PS, PEV

Importa realçar que na base dos projetos-lei apresentados pelo BE e posteriormente também pelo PAN, estão as alterações legislativas decorridas em alguns países, onde se verifica que descriminalização do uso da Canábis e a sua legalidade decorre sob forte influência das agendas políticas governativas.

**Tabela nº 6**

The screenshot shows a web interface for legislative initiatives. On the left, there is a sidebar with the text 'Sobre as iniciativas'. The main area has a search filter section with dropdown menus for 'Legislatura XII [2011-06-20 a 2015-10-22]', 'Projeto de Lei', and 'Canábis'. There are buttons for 'Pesquisar' and 'Limpar'. Below the search filters, it says 'Resultados de consulta a iniciativas - 2 registos.' and displays a table with two rows of legislative projects.

Tipo	Número	Sessão	Autoria
Projeto de Lei	880/XII	4	BE
Título Legaliza o cultivo de canábis para consumo pessoal e cria o enquadramento legal para os clubes sociais de canábis			
Tipo	Número	Sessão	Autoria
Projeto de Lei	403/XII	2	BE
Título Legaliza o cultivo de canábis para consumo pessoal e cria o enquadramento legal para os clubes sociais de canábis.			

Se analisarmos o âmbito Internacional encontramos diferentes realidades legislativas e praxis (vd Gráfico nº 3).

[[https://pt.wikipedia.org/wiki/Legaliza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_cannabis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Legaliza%C3%A7%C3%A3o_da_cannabis),consultado em 10/08/2019]



Legenda: Gráfico nº 3

A legalidade da Canábis para uso geral ou recreativo varia de país para país.

A posse de cannabis é ilegal em muitos países como resultado de um acordo sobre a Maconha indiana, também conhecida como haxixe, formulado na Convenção Internacional do Ópio (1925) (6) Entretanto, muitos países vêm descriminalizando a posse do haxixe em pequenas quantidades.(27)

## 4.7. 2016-2019

Nos últimos 4 anos verifica-se um aumento muito significativo do número de publicações online, versando o tema Canábis, em Portugal.

Paralelamente são levados a discussão no parlamento, sob proposta do partido BE e do recém formado partido PAN, 4 iniciativas de projeto-lei. Duas das propostas (2018), vieram a ser aprovadas e resultaram na promulgação da Lei 33/2018 (*Lei da canábis para uso medicinal*) e



dois projeto-Lei em 2019, um do BE e outro do PAN, com o fim de aprovação do uso da canábis para fins recreativos no adulto- Ambos foram rejeitados.

(vd. Tabela nº 7 e Tabela nº 8)

## Iniciativas Legislativas

**Legenda: Tabela nº 7**

Ano	Título	Partido propõe	Resultado da discussão
2018	<b>Projeto de Lei 726/XIII</b> Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais.	BE	<b>2018-06-15</b> - Votação final global Votação na Reunião Plenária n.º 95, Texto de Substituição apresentado pela Comissão de Saúde relativo aos Projetos de Lei n.ºs 726/XIII/3.ª (BE) e 727/XIII/3.ª (PAN) <b>Aprovados</b> A favor: <i>PSD, PS, BE, PCP, PEV, PAN</i> Abstenção: <i>CDS-PP</i> <b>Resultou a Lei 33/2018</b>
2018	<b>Projeto de Lei 727/XIII</b> Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais	PAN	
2019	<b>Projeto de Lei 1050/XIII</b> Legaliza a canábis para uso pessoal	BE	<b>2019-01-18</b>   Votação na generalidade Votação na Reunião Plenária n.º 41 <b>Rejeitados</b>
2019	<b>Projeto de Lei 1062/XIII</b> Regulamenta o uso adulto da canábis	PAN	

# Iniciativas Legislativas

Tabela nº 8

Sobre as iniciativas

Legislatura XIII [2015-10-23 a ]

^

v

– Escolha Sessão Legislativa –

Projeto de Lei

^

v

Número

Canábis

Pesquisar

Limpar

Resultados de consulta a iniciativas - 4 registos.

Tipo Projeto de Lei	Número 1062/XIII	Sessão 4	Autoria PAN
Título Regulamenta o uso adulto da canábis			
Tipo Projeto de Lei	Número 1050/XIII	Sessão 4	Autoria BE
Título Legaliza a canábis para uso pessoal			
Tipo Projeto de Lei	Número 727/XIII	Sessão 3	Autoria PAN
Título Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais			
Tipo Projeto de Lei	Número 726/XIII	Sessão 3	Autoria BE
Título Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais			

Assim, a dinâmica de discussão do tema no seio da assembleia da república e necessariamente na opinião pública e jornalística, fica de alguma forma relacionada com o elevado número de eventos publicados sobre a Canábis em 2018-2019,

A variedade de publicações de 2018-2019 centram-se em meios veiculados nos *Media*: entrevistas, reportagens e surgem publicadas igualmente online as reuniões/cursos/palestras sobre o tema Canábis.

Nota: Pode aceder-se aos conteúdos de cada evento, clicando o link para acesso respetivo, disponível no ficheiro Excel **anexo A1**.

”

## Peças legislativas na década em 2017-2019

Voltamos a identificar as cores para os 6 tipos de publicação que desenvolvemos:

Reuniões/Congressos
Jornais/Reportagens/Entrevistas
Relatórios
Sites de Internet
Legislação/Tratados Internacionais
Medicamento

\* em acordo com as cores/classes de “tipo publicações”

**Tabela nº 9**

<b>2017*</b>	<b>Criação Associação Cannativa.pt (28)</b> “Associação de Estudos Sobre Canábis, é uma associação sem fins lucrativos que pretende estudar, debater e divulgar informação pertinente relativa à canábis
<b>jun 2017*</b>	<b>2ª conferência EU sobre comportamentos aditivos e dependências, em 24-26 Outubro 2017 (29)</b> “Debatidos os últimos desenvolvimentos do conhecimento científico, abordando novos desafios e áreas em desenvolvimento como as drogas ilícitas, o álcool, o tabaco, o jogo, a internet e darkNets.”
<b>nov 2017*</b>	<b>Jornal notícia (30)</b> Tilray escolheu o Parque Tecnológico de Cantanhede, no distrito de Coimbra, para instalar a sua produção de canábis (em 09/11/2017)
<b>mar 2018*</b>	<b>Video Pacientes – “À espera da lei” (31), Portugal Medical Cannabis 2018</b> Reportagem com entrevista a doentes e a cuidadores de doentes que já usam preparados à base de canábis.
<b>Jul 2018*</b>	<b>Lei nº 33/2018 de 18 julho 2018 (1)</b> Lei da Canábis para uso medicinal. Regula a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, para fins medicinais.

<b>set 2018</b>	<b>Programa "linha da frente" em 27/09/2018 – RTP (32)</b> Reportagem do uso de canábis nas várias situações clínicas e seu cultivo/produção doméstica-
<b>set 2018</b>	<b>Diário de Notícias, em 18 setembro 2019 (33)</b> “A legalização da canábis não resolveu o nosso problema. Estão a gozar com a nossa cara”
<b>nov 2018</b>	<b>Video e programa da 1ª Conferência Portuguesa sobre Cannabis Medicinal</b> – Lisbon Medical Cannabis. 9 e 10 de novembro de 2018, em Lisboa
<b>dez 2018</b>	<b>Relatório Anual 2017 do SICAD, A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências(34)</b> “A canábis é uma das drogas há mais tempo enraizadas na Europa. É a substância ilícita mais consumida, tendo quase 20 % dos indivíduos no grupo etário dos 18 aos 24 anos afirmado ter consumido canábis no último ano. Internacionalmente e no território europeu, a canábis continua a ser um tópico que desperta um interesse significativo a nível do público e das políticas, uma vez que os novos desenvolvimentos suscitam um debate sobre a forma como a sociedade deve dar resposta a esta substância”.
<b>jan 2019</b>	<b>Decreto-Lei 8/2019, 15 janeiro (2)</b> Regulamenta a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais.
<b>jan 2019</b>	<b>Aviso nº 3070/2019 de 26 janeiro (35)</b> Infarmed autoriza a sociedade RPK Biopharma, Lda a cultivo, importação e exportação da planta canábis, para fins medicinais.
<b>jan 2019</b>	<b>Aviso n.º 1680/2019 de 26 janeiro (36)</b> Autorização para cultivo e importação da planta canábis para fins medicinais concedida à entidade Sabores Púrpura, Lda.
<b>jan 2019</b>	<b>Portaria 44-A/2019 de 31 janeiro (37)</b> Regula o regime de preços das preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais.
<b>jan 2019</b>	<b>Deliberação do Infarmed N.º 11/CD/2019 de 31 janeiro de 2019(38)</b> Aprova a lista das indicações terapêuticas consideradas apropriadas para as preparações e substâncias à base da planta da canábis.

<b>mar 2019*</b>	<p><b>Ângelo Correia compra empresa que vai produzir cânabis em Portugal – Diário de notícias (39)</b></p> <p>Confirmou ao DN ter adquirido 40% da Terra Verde, a primeira empresa a obter licença de produção de cânabis em Portugal. O empresário reconhece que até há pouco tempo "cânabis para mim era dos tipos que fumavam droga.</p>
<b>abril 2019*</b>	<p><b>PSD vai propor a legalização da cânabis para fins recreativos, mas só depois das legislativas – Observador (40)</b></p> <p>Na próxima legislatura o PSD vai avançar com a legalização da cânabis para fins recreativos. Os sociais-democratas continuam contra a auto-produção que foi proposta pelo BE e pelo PAN</p>
<b>abril 2019*</b>	<p><b>OPCM – OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DE CANÁBIS MEDICINAL – ASSOCIAÇÃO (criado em 22 abril 2019)(41)</b></p> <p>Designada por “OPCM” ou por “Associação”. Tem por fim a promoção e divulgação da investigação científica sobre a planta Cannabis Sativa L., (planta de cânabis), bem como informar sobre a sua utilização para fins medicinais. A atividade do OPCM é exclusivamente direcionada para o estudo e para a divulgação da utilização da planta de cânabis para fins medicinais.</p>
<b>abril 2019*</b>	<p><b>Tilray em Cantanhede – Reportagem.</b></p> <p><b>Primeira fábrica de produção de cânabis medicinal abre em Portugal - Diário de notícias, 29 abril 2019 (42)</b></p> <p>Entidades reguladoras e governo visitam a empresa Tilray em Cantanhede</p>
<b>maio 2019*</b>	<p><b>Infarmed emite Relatório público de avaliação do pedido de comparticipação de medicamento para uso humano (43)</b></p> <p>DCI – Delta-9-tetrahydrocannabinol (THC PFV) + Canabidiol (CBD PFV), Prep de Fármacos Vegetais, extrato Cannabis sativa.</p> <p>Relatório Público de Avaliação do Pedido do de Comparticipação de Medicamento para Uso Humano. A avaliação farmacoterapêutica concluiu que existe sugestão de valor terapêutico acrescentado.</p>
<b>jun 2019*</b>	<p><b>Empresas de cânabis nascem como cogumelos em Portugal – Visão/Exame (44)</b></p> <p>As condições privilegiadas de Portugal – bom clima, horas de exposição solar, terrenos baratos, mão de obra qualificada e a preços competitivos, além da clareza na legislação – estão a atrair dezenas de interessados em tornar o País na porta de entrada para o</p>

	mercado europeu de canábis medicinal. No final de abril, a canadiana Tilray foi a primeira grande multinacional a cortar a fita, com a inauguração das instalações de Cantanhede. Mas já há outras empresas para cá da linha de partida, prontas a lançar raízes à terra num negócio que é de escala global.
<b>jun 2019*</b>	<b>Relatório do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência sobre canábis – EU EMCDDA (34)</b> Relatório “Desenvolvimentos no mercado europeu da canábis”, que apresenta uma panorâmica dos produtos de canábis emergentes e tradicionais na Europa.
<b>jul 2019*</b>	<b>Europa  Combate às drogas - Portal SNS(45)</b> 13ª Reunião de Diretores das Agências nacionais de combate às drogas (HONLEA Europa) em 2-5 de julho 2019, Lisboa.
<b>jul 2019*</b>	<b>Doentes não encontram canábis para práticas médicas - reportagem RTP (46)</b> "Há vários estudos científicos que comprovam os benefícios da canábis no tratamento de crianças com epilepsias refratárias graves. Mas em Portugal, apesar de a lei da canábis medicinal estar em vigor, não há medicamentos no mercado" (Inclui entrevista a Médica neuropediatra do hospital Santa Maria).
<b>ago 2019*</b>	<b>New in Town saúde(47)</b> “Há mais uma empresa que vai cultivar canábis no Alentejo. RPK Biopharma, que pertence ao grupo internacional Holigen, vai criar uma plantação oficial de canábis em Aljustrel, que ocupará 70 hectares.”
<b>ago 2019*</b>	<b>Observatório de Canábis Medicinal está a reunir verbas para dar formação a médicos (41)</b> “Existe uma lei, existe uma regulamentação, existe uma lista de patologias do Infarmed e os médicos continuam a recusar-se a ajudar os pacientes porque dizem que não há produto na farmácia”, disse a presidente do observatório, Carla Dias, que falava à agência Lusa a propósito dos seis meses da entrada em vigor da lei que regula a canábis medicinal.”

<b>Eventos Ainda para 2019*</b>	<p><b>Laboratório Militar abre pós-graduação em GMP para Canábis Medicinal</b></p> <p>O Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) vai realizar uma pós-graduação em GMP (Good Manufacturing Practices) para a indústria da Canábis Medicinal, em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL) e a Associação para o Desenvolvimento do Ensino e Investigação em Microbiologia (ADEIM). A formação tem início já no próximo mês de setembro e decorre até 14 de dezembro de 2019.</p> <p><b>Lisbon Addictions 2019 em 23-25 outubro 2019</b></p> <p>Lisbon Addictions 2019, the third European Conference on Addictive Behaviours and Dependencies, is a multidisciplinary conference that provides a forum for networking across the addictions. Over 1 200 participants from 70 countries attended Lisbon Addictions 2017.</p> <p><b>Portugal Medical Cannabis 2019</b></p> <p><b>2ª Conferência Internacional sobre Canábis Medicinal, 8-9 novembro Lisboa</b></p> <p>Portugal Medical Cannabis 2019, 2ª Conferência Internacional sobre Canábis Medicinal, é organizada pelo Observatório Português de Canábis Medicinal, uma associação sem fins lucrativos de natureza científica, que visa estudar a canábis e os seus derivados em benefício dos pacientes.</p> <p>O evento decorre em Lisboa a 8 e 9 de novembro e no Porto a 22 e 23 de novembro e inclui Conferências, Workshops para Profissionais de Saúde e Sessões Paralelas para o público em geral.</p> <p><b>Feira Internacional de Cânhamo do Porto</b></p> <p><b>3ª edição da Cannadouro, que se realiza na Alfândega do Porto nos próximos dias 23 e 24 de novembro.</b></p> <p><b>SO RECREATIVO</b></p> <p>Contribuir para a promoção de um uso consciente da cannabis de forma a prevenir e minimizar problemas de saúde individual e pública. No mesmo sentido aceitar o AUTO-CULTIVO contribui para deslocar o uso recreativo da cannabis de meios ilícitos e violentos.</p> <p>A organização da feira pretende trazer a Portugal as mais recentes tecnologias e mostrar toda a capacidade inovadora e empreendedora das empresas que operam a nível europeu neste sector de negócios.</p> <p><b>USO MEDICINAL</b></p> <p>A CannaDouro ambiciona dar visibilidade a todas as potencialidades e faculdades terapêuticas da cannabis, trazendo igualmente a Portugal empresas e estimulando um amplo debate nacional na sociedade em torno do tema.</p>
---	---

## 5. Discussão

Após analisarmos o conjunto das publicações recolhidas sobre canábis em Portugal, esta aparece integrada nas tabelas anexas ao Decreto-Lei 15/93 de 22 janeiro, que definiu o *regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas*, até 2012. Com efeito, desde 1925 (3) a canábis é considerada uma substância sob controlo do tráfico e consumo. No último relatório emitido pelo OEDT, de 2019, é referido o grau de importância do controlo desta substância; “...a canábis é uma das drogas há mais tempo enraizadas na Europa. É a substância ilícita mais consumida, tendo quase 20 % dos indivíduos no grupo etário dos 18 aos 24 anos afirmado ter consumido canábis no último ano. Internacionalmente e no território europeu, a canábis continua a ser um tópico que desperta um interesse significativo a nível do público e das políticas, uma vez que os novos desenvolvimentos suscitam um debate sobre a forma como a sociedade deve dar resposta a esta substância.” (34).

Importa realçar que as políticas legislativas de combate à droga em Portugal, apesar de surgirem bastante referidas neste trabalho, não são o alvo de análise propriamente dito e, tal referência, resulta do facto de ser maioritariamente esta a fonte de publicação do tema canábis, até ao ano de 2012. Quando olhamos o conjunto das publicações identificadas desde os anos 60 até aos anos 2012/2013, a canábis surge publicada, como atrás se refere, essencialmente no quadro legal que foi sendo discutido e aprovado no seio governativo, o qual visou o combate ao consumo e tráfico de droga. Exemplo disso é referido na legislação publicada nos anos 70-90 onde é notória a criação e reestruturação de estruturas de combate ao flagelo da droga em Portugal. A subida do consumo de heroína nos anos 80 e o concomitante aparecimento da doença SIDA, irão nortear fortemente, as políticas legislativas no combate à droga, com vista a alterar o enorme impacto que a SIDA veio a causar em Portugal e no mundo.

Sabendo-se que a internet e os meios online começam a sua expressão em Portugal no final da década de 90, é expectável que somente a partir dessa fase se obtenham também, mais registos online sobre o tema da Canábis. No entanto, até 2012, os registos públicos de informação online sobre a canábis são muito reduzidos.

Em 2012 o INFARMED, I.P. publicita a concessão da primeira (e ainda única) AIM autorizada por esta autoridade reguladora, para um medicamento Sativex (*Delta-9-tetrahydrocannabinol (THC PFV) + Canabidiol (CBD PFV), Prep de Fármacos Vegetais, ext Cannabis sativa*).



É a partir de 2013, que o tema canábis ganha maior expressão pública. Com efeito, inicia-se a discussão do tema canábis no seio de iniciativas parlamentares, sob proposta do partido Bloco de Esquerda. Na verdade, o BE acaba por ser o motor de toda a dinâmica de publicações sobre a canábis, que vieram a desenvolver-se nos anos 2018-2019, em Portugal. Este partido político apresenta desde sempre e também no atual programa eleitoral 2019-2023 (publicado no seu portal de internet (48)), coma a proposta de “*Regulação legal da canábis para uso pessoal por parte de pessoas adultas*”. Já em 2019 viu rejeitado no parlamento a proposta de lei Projeto de Lei 1050/XIII para “Legalização da canábis para uso pessoal” (vd. Página 28 deste relatório). O BE, apesar de ser um partido fundado em 1999, somente começa a ter expressão, com número significativo de eleitores (com importante expressão de jovens) em 2015, onde elege 18 deputados (vd anexo A2). É o partido que apoiou a última legislatura do Partido Socialista, ainda em curso (2015-2019) e por isso compreende-se que neste período, as suas ambições políticas se evidenciam e resultem em projetos de lei versando nomeadamente o tema canábis, sempre presente nos seus programas eleitorais.

Do conjunto desta ambição legislativa do BE e, recentemente, também do partido PAN (fundado em 2015), em simultâneo com o surgimento de descritivos/relatos por parte de doentes/cuidadores e médicos, dos benefícios clínicos aparentemente positivos do uso da canábis em determinadas situações clínicas, nomeadamente quando as terapêuticas preconizadas como primeira linha falham, levou a que o BE mobilizasse a sociedade para a discussão do tema do uso da canábis para fins terapêuticos/medicinais . Esta discussão, vem a abranger a sociedade em geral e a governativa em particular (49). Em sede de comissão parlamentar de saúde, são chamadas a serem ouvidas várias estruturas e entidades científicas que, na generalidade (vd. tabela nº 10), demonstram cautelas e sérias reservas para a utilização da canábis para fins medicinais, pois até ao momento não existe publicada evidência científica substancial (50).

## Legenda: Tabela nº 10

Audição em 2018-02-08 com Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências - SICAD  
Audição em 2018-03-15 com Neurologista no Hospital de S. José  
Audição em 2018-03-20 com Investigador da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra  
Audição em 2018-04-10 com Manuela Grazina  
Audição em 2018-04-10 com Pedro Andrade  
Audição em 2018-02-15 com Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. (INFARMED)  
Audição em 2018-02-20 com Ordem dos Farmacêuticos  
Audição em 2018-02-22 com GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos  
Audição em 2018-03-01 com José Aranda da Silva  
Audição em 2018-03-07 com Hospital de Beja e Hospital de Portalegre  
Audição em 2018-03-06 com Associação Síndrome de DRAVET  
Audição em 2018-03-08 com Cannativa Associação Estudos sobre Canábis  
Audição em 2018-03-08 com Direção do Colégio da Especialidade de Psiquiatria, outros

Em 2018 dá-se a aprovação da Lei 33/2018, de 18 de julho, após discussão e aprovação dos projeto lei do BE e PAN (51)(52). Esta nova lei vem então regular a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, para fins medicinais. Logo de seguida é aprovada pela assembleia da república o decreto-lei 8/2019 de 15 de janeiro, que regulamenta a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais, definindo e enquadrando as atividades de cultivo, produção, extração e fabrico, comércio por grosso, importação e exportação, trânsito, aquisição, venda e entrega de medicamentos, bem como a colocação no mercado dos medicamentos e das preparações e substâncias à base da planta da canábis destinadas a uso humano, para fins medicinais.

Conforme definido no artigo 17º, ponto 2, da Lei da canábis para uso medicinal, o INFARMED, I.P. delibera em 31 de janeiro de 2019 a lista das indicações terapêuticas consideradas apropriadas para a prescrição de preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais (38).

Em 24 de maio de 2019, o INFARMED, I.P. aprova do Relatório Público de Avaliação do Pedido de Comparticipação de Medicamento para Uso Humano para o medicamento Sativex, autorizado em 2012(43).

Em 2018-2019 aumenta o impacto de comunicação pública sobre o tema. Surgem então alertas de doentes/cuidadores para a falta de disponibilidade no mercado de medicamentos à base de canábis (33) (31), apesar da lei aprovada.

Há toda uma dinâmica comunicativa que se instala na esfera pública, com reportagens televisivas/peças jornalísticas, reuniões e congressos sobre o tema; Criam-se novas entidades como *O Observatório Português de Canábis Internacional* (41).

Todas estas entidades e estruturas aparentemente convergem para que os doentes possam aceder a medicamentos e preparados mais seguros, com melhor acompanhamento de corpo clínico

especializado e preparado para acompanhamento dos utentes/cuidadores, utilizadores de canábis para uso medicinal.

## 6. Conclusões

Do conjunto das publicações disponíveis, desde a década de 90, sobre o tema canábis e muito em particular aquelas que resultam da discussão e aprovação da nova legislação que regula a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais, podemos concluir que houve falta de efetividade nesta legislação.

Com efeito, são vários os tópicos legislativos convergentes para a existência de uma resposta terapêutica junto dos potenciais utilizadores desta substância, e, no entanto, permanecem dois relatos públicos de descontentamento em destaque:

O primeiro, refere-se ao facto de volvidos 6 meses após aprovação da lei, somente existir disponível no mercado em Portugal, um medicamento regulado, passível de utilização segura, eficaz e com qualidade. No entanto, o mesmo, autorizado desde 2012 e durante muito tempo com preço muito elevado (sem comparticipação do estado), apresenta indicações terapêuticas restritas a patologia específica (*Sativex é indicado como tratamento para a melhoria dos sintomas em doentes adultos com espasticidade moderada a grave devida a esclerose múltipla (EM), que não responderam de forma adequada a outra medicação antiespástica e que demonstraram uma melhoria clinicamente significativa dos sintomas relacionados com a espasticidade durante um ensaio inicial da terapêutica*). Todos os outros produtos (como os suplementos alimentares) foram retirados do mercado por imposição desta nova legislação e não foram acauteladas alternativas de substituição para os doentes utilizadores. Estes doentes continuam a ser obrigados a procurarem estas substâncias em mercados não regulados (internet, entre outros) (46);

O segundo relato é a inexistência de uma rede de médicos preparados e devidamente formados e treinados para acompanhamento das terapêuticas com medicamentos/preparações à base de canábis, apesar de prevista na legislação.

Podemos assim constatar que a lei da canábis para uso medicinal, não retornou efetividade para a saúde dos potenciais ou já utilizadores deste tipo de substâncias.

Deram-se passos legais, conforme a seguir se destacam alguns elementos dessa legislação, mas o resultado efetivo dos mesmos ainda não foi concretizado.

Se analisarmos a nova legislação 2018/2019, ressaltam alguns elementos cuja efetividade deverá ser analisada.

Benefícios de destaque da legislação de 2018/2019:

- Aprovado pelo INFARMED, I.P. o Relatório Público de Avaliação do Pedido de Comparticipação de Medicamento para Uso Humano para o medicamento sativex que confere comparticipação para indicações terapêuticas específicas (*tratamento para a melhoria dos sintomas em doentes com espasticidade moderada a grave devida a esclerose múltipla (EM), que não responderam de forma adequada a outra medicação antiespástica e que demonstraram uma melhoria clinicamente significativa dos sintomas relacionados com a espasticidade durante um ensaio inicial da terapêutica*);
- o LMPQ pode contribuir para a produção de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, estando legalmente autorizado à produção de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 33/2018, de 18 de julho, ficando dispensado do pedido de autorização e da obtenção da respetiva autorização prevista na primeira parte do n.º 1 do artigo 3.º da mesma lei;
- o INFARMED, I.P. aprovou a lista das indicações terapêuticas consideradas apropriadas para as preparações e substâncias à base da planta da canábis (a prescrever apenas nos casos em que se determine que os tratamentos convencionais com medicamentos autorizados não estão a produzir os efeitos esperados ou provocam efeitos adversos relevantes);
- Está ainda regulado na Lei da canábis para uso medicinal:
  - O Estado deve estimular e apoiar a investigação científica sobre a planta da canábis, suas propriedades e aplicações terapêuticas, realizada por laboratórios estatais, laboratórios associados ou unidades de investigação do ensino superior.
  - o Governo, através dos serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado no âmbito do Ministério da Saúde, e das entidades do setor público empresarial, da área da saúde, promove, junto dos médicos e outros profissionais de saúde, informação sobre os medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais.
  - O INFARMED, I. P., após a publicação da lei, determina quais os medicamentos preparações e substâncias à base da planta da canábis, atualmente existentes, que estão em condições de ser utilizados para fins terapêuticos e medicinais;

A legislação produzida, sendo um passo em frente para os doentes, não se tornou ainda efetiva. A evidência científica sobre as vantagens desta terapêutica da canábis deverá consolidar-se e a mobilização dos profissionais de saúde para apoio a estes doentes, deverá igualmente promover

mais avanços técnico-científicos que assegurem a real implementação desta legislação do uso medicinal da canábis.

É expectável, tendo em conta a proposta de programa eleitoral 2019-2023 do BE, que o tema canábis vá iniciar uma nova fase de discussão; avançando-se na discussão do seu uso recreativo. Tal dependerá do resultado que o partido BE e o PAN venham a obter nas próximas eleições legislativas, marcadas para outubro de 2019. E, igualmente, dependerá de quais as forças políticas que virão a constituir governo. Esta discussão, a existir, seguramente será de grande controvérsia tendo em conta os eventuais riscos para a saúde pública, inerentes ao uso desta substância e tendo em conta todo o histórico de contenção do seu uso (descriminalizado desde 2001) que Portugal tem assumido ao longo do tempo.

Sobre o uso medicinal da canábis, será desejável que a breve prazo se acautele de forma efetiva e real, o abastecimento do mercado com medicamentos e preparações de canábis para uso medicinal, por forma a colmatar as necessidades de determinados grupos de doentes, nomeadamente os bebés e crianças com epilepsias refratárias aos tratamentos de primeira linha, cujos tratamentos com óleo de canábis parecem apontar francas melhorias do seu quadro clínico. Para estes doentes, os ganhos efetivos na saúde somente se alcançam com a real disponibilidade no mercado de medicamentos/produtos devidamente controlados conforme legislação aprovada, com reais garantias de qualidade, segurança e eficácia.

## 7. Referências Bibliográficas

1. Assembleia da República. Lei n.º 33/2018 de 18 de julho. Diário da República [Internet]. 2018 [cited 2019 Sep 12];1 série(137):3241–2. Available from: <https://dre.pt/application/file/a/115712610>
2. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 8/2019 de 15 de janeiro. Diário da República [Internet]. 2019 [cited 2019 Sep 12];1ª série(10):184–91. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/117821810>
3. League of Nations. International Opium Convention, Adopted by the Second Opium Conference (League of Nations), and Protocol relating thereto. Signed at Geneva, February 19, 1925. League Nations-Treaty Ser [Internet]. 1928 [cited 2019 Sep 9];(1945):319–58. Available from: <http://www.worldlii.org/int/other/LNTSer/1928/231.html>
4. Procuradoria Geral da República. Convenção única de 1961 sobre os Estupefacientes

- [Internet]. Gabinete de documentação e direito comparado. 1961. p. 1–31. Available from:  
[http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_unica\\_1961\\_sobre\\_estudefacientes.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_unica_1961_sobre_estudefacientes.pdf)
5. Ministério da Saúde e Assistência. Decreto-Lei 48547 de 27 agosto 1968, Exercício da profissão farmacêutica. Diário do Gov [Internet]. 1968 [cited 2019 Sep 9];1<sup>a</sup> Série(202):1236–48. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/265130>
  6. Liga das Nações. The International Opium Convention, signed at The Hague, January 23 1912 and subsequent relative papers. Leag Nations - Treaty Ser [Internet]. 1912 [cited 2019 Sep 9];(222):189–239. Available from:  
<http://www.worldlii.org/int/other/LNTSer/1922/29.pdf>
  7. Minitério do trabalho-Direção Geral de Saúde. Lei 1:687. 1924 [cited 2019 Aug 9];I série(274):1836–7. Available from: <https://dre.pt/application/file/562125>
  8. Assembleia da República. Decreto N° 10:375 de 9 dezembro de 1924. Imprensa Nac Lisboa [Internet]. 1924 [cited 2019 Sep 8];1937–8. Available from:  
<https://dre.pt/application/file/562133>
  9. Ministério da Instrução Pública - Direção Geral de Saúde. Decreto n° 12:210. Imprensa Nac Lisboa [Internet]. 1926 [cited 2019 Sep 8];I série:1171–3. Available from:  
<https://dre.pt/application/file/162715>
  10. Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro. Decreto-Lei N° 420/70 de 3 setembro de 1970. Diário do Gov [Internet]. 1970 [cited 2019 Jul 8];I Série(204):1160–2. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/148827>
  11. Nações Unidas. Convenção de 1971 sobre as substâncias Psicotrópicas. Convenção Internacional sobre substâncias Psicotrópicas. Vienna; 1971.
  12. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei 745/75 de 31 dezembro 1975. Diário do Gov [Internet]. 1975 [cited 2019 Sep 8];I Série(300):2160-. Available from:  
<https://dre.pt/application/file/a/149167>
  13. Conselho de Ministros. Decreto-Lei N° 365/82 de 8 de setembro. Diário da República [Internet]. 1982 [cited 2019 Aug 9];(I série):2674–86. Available from:  
<https://dre.pt/application/conteudo/374399>
  14. Ministério da Justiça e da Saúde. Decreto-Lei 430/83 de 13 de dezembro. Diário da República [Internet]. 1983 [cited 2019 Aug 12];I Série(285):4015–29. Available from:  
<https://dre.pt/application/file/443237>
  15. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução Conselho Ministros n° 23/87. D da

- Repub [Internet]. 1987 [cited 2019 Aug 18];I Série(92):1602–3. Available from: <https://dre.pt/application/file/665995>
16. Presidência do Conselho de Ministros. Despacho 3229/98 (2ª Série) de 23 de fevereiro de 1998. Diário da República [Internet]. 1998 [cited 2019 Sep 21];Série II(45):3229. Available from: [http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/1472/Despacho\\_3229\\_98.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/1472/Despacho_3229_98.pdf)
  17. Presidencia do Conselho de Ministros. Resolução Conselho Ministros n.º 17/90 de 21 de abril de 1990. Diário da República [Internet]. 1990 [cited 2019 Aug 28];I Série(93):1926(2)-1926(4). Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/668097>
  18. Ministério da Saúde. Decreto-Lei nº 83/90 de 14 de março. D da Repub [Internet]. 1990 [cited 2019 Sep 23];I Série(61):1222–4. Available from: <https://dre.pt/application/file/333390>
  19. EMCDDA. Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência (EMCDDA) [Internet]. The European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA); 1993 [cited 2019 Aug 27]. Available from: [http://www.emcdda.europa.eu/emcdda-home-page\\_en](http://www.emcdda.europa.eu/emcdda-home-page_en)
  20. Ministério da Justiça. Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de janeiro. Diário da República [Internet]. 1993 [cited 2019 Sep 28];(Série I-A). Available from: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58872437/view?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58872437/view?p_p_state=maximized)
  21. Ministério da Justiça. Decreto Regulamentar n.º 61/94 de 12 de outubro. Diário da República [Internet]. 1994 [cited 2019 Sep 2];I Série-B(236):6183–98. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/619306>
  22. Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Centro das Taipas Unidade de desabitação [Internet]. Centro das Taipas; 2014 [cited 2019 Aug 28]. Available from: <http://www.centrodastaipas.pt/index.php>
  23. Assembleia da República. Lei 30/2000 de 29 Novembro. Diário da República [Internet]. 2000 [cited 2019 Aug 25];I Série-A(276):6829–33. Available from: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/599720/details/maximized>
  24. Infarmed I.P. Aviso n.º 10618/2014 de 28 de agosto. Diário da República [Internet]. 2014 [cited 2019 Aug 25];II Série(183):24373. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/57301925>
  25. Rádio Renascença. “Bloco andou pelas ruas do Porto a defender legalização da

- canábis” [Internet]. Rádio Renascença; 2015 [cited 2019 Aug 26]. Available from: [https://rr.sapo.pt/noticia/34605/bloco-andou-pelas-ruas-do-porto-a-defender-legalizacao-da-canabis?utm\\_source=plista](https://rr.sapo.pt/noticia/34605/bloco-andou-pelas-ruas-do-porto-a-defender-legalizacao-da-canabis?utm_source=plista)
26. Jornal i. Entrevista João Goulão ao Jornal i [Internet]. Jornal i online; 2015 [cited 2019 Feb 8]. Available from: <https://ionline.sapo.pt/131588>
  27. Wikipédia a enciclopédia livre. Legislação sobre cannabis no mundo [Internet]. Wikipédia; 2019 [cited 2019 Aug 26]. Available from: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Legislação\\_sobre\\_cannabis\\_no\\_mundo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Legisla%C3%A7%C3%A3o_sobre_cannabis_no_mundo)
  28. Cannativa. Cannativa - Associação de Estudos Sobre Canábis, [Internet]. Cannativa; 2017 [cited 2019 Aug 24]. Available from: <https://www.cannativa.pt/>
  29. A 2.<sup>a</sup> Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências. Lisbon addiction. 2017.
  30. Jornal de Notícias online. A maior plantação de canábis em Portugal já está a ser cultivada [Internet]. Jornal de notícias; 2017 [cited 2019 Aug 28]. Available from: <https://www.jn.pt/inovacao/a-maior-plantacao-de-canabis-em-portugal-ja-esta-a-ser-cultivada-8905725.html>
  31. Ramos L. Pacientes - À espera da lei - Trailer 01 - AR [Internet]. Portugal: Cannativa - Associação de Estudos sobre canábis; 2018 [cited 2019 Aug 21]. Available from: <https://www.youtube.com/watch?v=Uq-n2wxqsk>
  32. RTP. RTP Linha da Frente - Canábis, a Droga Medicinal - ZIJA [Internet]. RTP; 2018 [cited 2019 Aug 15]. Available from: <https://www.youtube.com/watch?v=KQC7uO1U9DI>
  33. Jornal de notícias online. A legalização da canábis não resolveu o nosso problema. Estão a gozar com a nossa cara". J notícias [Internet]. 2018 [cited 2019 Apr 23]; Available from: <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/a-legalizacao-da-canabis-nao-resolveu-o-nosso-problema-estao-a-gozar-com-a-nossa-cara-9854272.html>
  34. Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. Relatório Europeu sobre Drogas Tendências e evoluções [Internet]. Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. Luxemburgo:Serviços das publicações da União Europeia; 2019 [cited 2019 Sep 22]. 1–96 p. Available from: [http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11364/20191724\\_TDAT19001PTN\\_PDF.pdf](http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11364/20191724_TDAT19001PTN_PDF.pdf)
  35. INFARMED. Aviso nº 3070/2019 de 26 de janeiro. Diário da República [Internet]. 2019 [cited 2019 Sep 28];2<sup>a</sup> Serie(40):6260. Available from:



- <https://dre.pt/application/conteudo/120107735>
36. INFARMED. Aviso nº 1680/2019 de 30 de janeiro 2019. Diário da República [Internet]. 2019 [cited 2019 Aug 24];2ª Série(22-11–201821):4138. Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/118813246>
  37. Assembleia da República. Saúde. Portaria nº 44-A/2019 de 31 de janeiro. Diário da República [Internet]. 2019 [cited 2019 Jul 24];1ª Série(22):778-(2). Available from: <https://dre.pt/application/conteudo/118950610>
  38. INFARMED. Deliberação Nº 11/CD/2019 de 31 janeiro de 2019 [Internet]. Infarmed, online. Infarmed-Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.; 2019 [cited 2019 Mar 24]. p. 1–3. Available from: <http://www.infarmed.pt/documents/15786/2893227/lista+das+indicações+terapêuticas+aprovadas+para+as+preparações+e+substâncias+à+base+da+planta+da+canábis/294b3a2d-326b-46c3-9c08-a3b57427d027>
  39. Fernanda Câncio, Diário de Notícias. Ângelo Correia entra no negócio da canábis. Diário de Notícias [Internet]. 2019 [cited 2019 Sep 18]; Available from: <https://www.dn.pt/pais/interior/angelo-correia-entra-no-negocio-da-canabis-10723271.html>
  40. Viegas N. PSD vai propor a legalização da canábis para fins recreativos, mas só depois das legislativas. Observador [Internet]. 2019 [cited 2019 Jul 14]; Available from: <https://observador.pt/2019/04/28/psd-vai-propor-a-legalizacao-da-canabis-para-fins-recreativos-mas-so-depois-das-legislativas/>
  41. OPCM. Observatório Português de Canábis Medicinal [Internet]. 2019 [cited 2019 Aug 24]. Available from: <https://opcm.pt/opcm/>
  42. Fortunado E, Soares J. Investimento. Primeira fábrica de produção de canábis medicinal abre em Portugal. Jornal de Notícias [Internet]. 2019 [cited 2019 Jul 25]; Available from: <https://www.jn.pt/economia/videos/interior/primeira-fabrica-de-producao-de-canabis-medicinal-abre-em-portugal--10829606.html>
  43. INFARMED. Relatório Público de Avaliação do pedido de comparticipação de medicamento para uso humano [Internet]. Infarmed-Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.; 2019 [cited 2019 Sep 30]. p. 8–15. Available from: <http://www.infarmed.pt/documents/15786/1437513/Relatório+público+de+avaliação+d+o+medicamento+Sativex+2019/c055642c-92fe-4e84-9da6-f72f3a9c0e06>
  44. Gomes P, Revista Exame. Empresas de canábis nascem como cogumelos em Portugal.

- Revista Exame [Internet]. 2019 [cited 2019 Aug 24]; Available from: <http://visao.sapo.pt/exame/2019-06-22-Empresasde-canabis-nascem-como-cogumelosem-Portugal>
45. HONLEA. HONLEA. In: 13<sup>a</sup> reunião de diretores das agências de combate às drogas [Internet]. 2019 [cited 2019 Aug 24]. Available from: <https://www.sns.gov.pt/noticias/2019/07/02/onlea-europa-13-a-reuniao/>
  46. Liz C, Guilherme J, Claro L. Doentes não encontram canábis para práticas médicas [Reportagem] [Internet]. Portugal: RTP; 2019 [cited 2019 Sep 12]. Available from: [https://www.rtp.pt/noticias/pais/doentes-nao-encontram-canabis-para-praticas-medicas\\_v1162799?fbclid=IwAR3Hp9i7C45pGhUUVhR6wk6atj97W2bZL9y4Ycn0MWiQIkCpK9qAMXEBmhg](https://www.rtp.pt/noticias/pais/doentes-nao-encontram-canabis-para-praticas-medicas_v1162799?fbclid=IwAR3Hp9i7C45pGhUUVhR6wk6atj97W2bZL9y4Ycn0MWiQIkCpK9qAMXEBmhg)
  47. Guerreiro A. Há mais uma empresa que vai cultivar canábis no Alentejo. New in Town [Internet]. 2019 [cited 2019 Sep 8]; Available from: <https://nit.pt/fit/saude/empresa-canadiana-vai-produzir-canabis-medicinal-no-alentejo>
  48. Bloco de Esquerda. Uma política responsável para as drogas, os consumos e o álcool. In: Faz acontecer: Programa eleitoral 2019-2023 [Internet]. 2019 [cited 2019 Oct 1]. Available from: <https://programa2019.bloco.org/capitulo-4/13-direitos-fortes-contr-o-conservadorismo-e-o-preconceito/183-uma-politica-responsavel-para-as-drogas-os-consumos-e-o-alcool.html>
  49. Costa MJ. Bloco andou pelas ruas do Porto a defender legalização da canábis. Rádio Renascença [Internet]. 2015 [cited 2019 Aug 24]; Available from: [https://rr.sapo.pt/noticia/34605/bloco-andou-pelas-ruas-do-porto-a-defender-legalizacao-da-canabis?utm\\_source=plista](https://rr.sapo.pt/noticia/34605/bloco-andou-pelas-ruas-do-porto-a-defender-legalizacao-da-canabis?utm_source=plista)
  50. Atividade Parlamentar. Assembleia da República Projeto de Lei 726/XIII [Internet]. 2019. Available from: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42008>
  51. Bloco de Esquerda, Grupo Parlamentar. Projeto de Lei N.º 726 / XIII / 3.<sup>a</sup> Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais Exposição de motivos. 2018. p. 1–8.
  52. Partido PAN. Projecto-lei n.º 727/XIII/3<sup>a</sup> Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais Exposição de motivos [Internet]. 2018 [cited 2019 Aug 24]. p. 1–10. Available from: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID>

## **8. Anexos**

**8.1. Anexo A1 -Ficheiro Excel “Base de dados”**

**8.2. Anexo A2 - Governos Legislativos**

**8.3. Anexo A3 - Legislação 2018/2019**